ENTREVISTA

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CONAMP

Norma Angélica Cavalcanti

Tentam punir o MP pelo trabalho sério que vem sendo realizado

PÁGINA 15

Ano VIII nº 82 – Maio – 2013

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

Ministério Público brasileiro lança livro que reúne as investigações exitosas da instituição

Foto: Ascom/Conamp

A ANPT e as demais entidades de classe do Ministério Público, em parceria com o CNPG, promoveram o lançamento da obra em sessão na CCJ do Senado Federal que reuniu senadores, deputados e membros do MP. Juntos, eles reafirmaram a importância da campanha contra a chamada PEC da IMPUNIDADE.

PÁGINA 3

ANPT debate lista tríplice ao cargo de PGR com Michel Temer

Diretoria da ANPT esteve reunida com o vice-presidente da República, Michel Temer. Durante a ocasião, foram apresentados diversos esclarecimentos sobre o processo eleitoral que culminou com a formação de lista tríplice, com os nomes dos candidatos mais votados pelos membros de todo o MPU para exercer a chefia institucional no próximo biênio.

PÁGINA 12

Foto: Ascom/Secretaria de Justiça do Estado de SP

TERCEIRIZAÇÃO

Minas Gerais realiza ato Público contra a terceirização sem limite

Página 5

TRABALHO ESCRAVO

Governador de São Paulo apoia o combate à escravidão contemporânea

Página 8

Caro Associado,

No mês de maio, buscamos tornar ainda mais intensa a união e a coesão entre os diversos ramos do Ministério Público Brasileiro e suas respectivas entidades de classe. De forma conjunta e concatenada, enfatizamos o trabalho contrário à malsinada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/2011, a famigerada PEC DA IMPUNIDADE, que tem por objetivo retirar o poder investigatório do MP.

Não há como se conceber tamanho absurdo, que tantos e tão graves prejuízos trará a toda a sociedade brasileira, dificultando de maneira imensurável o combate a toda uma gama de ilícitos e de irregularidades em geral.

Temos buscando intensificar a mobilização social e, de forma especial, os esclarecimento à sociedade quanto às nefastas consequências desse verdadeiro atentado ao Regime Democrático e ao Estado de Direito, sendo perceptível que temos avançado, significativamente, com a sociedade se mobilizando, demonstrando, de maneira expressa e veemente, seu posicionamento contrário à PEC 37.

Também ao longo do período, não olvidamos, em momento algum, o contínuo trabalho associativo em defesa dos mais variados temas relevantes para os membros do Ministério Público do Trabalho, a exemplo da imprescindibilidade do restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e a participação efetiva dos nossos associados no processo eleitoral que culminou com a formação de lista tríplice para a escolha do(a) futuro(a) procurador(a)-geral da República. Nesse sentido, destacam-se as reuniões realizadas pela ANPT com diversas autoridades, a exemplo do vice-presidente da República, Michel Temer, e do advogado-geral da União, ministro Luís Inácio Lucena Adams.

Acompanhamos, ainda, a assinatura, pelo governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckimin, da regulamentação da lei paulista que cassa o registro do ICMS de empresas em que se constatar a exploração de trabalho em condições análogas às de escravo, o que constitui um importante passo na luta contra essa absurda forma de exploração do labor humano, lamentavelmente ainda existente em pleno século XXI.

Durante o período abrangido por este Informativo, a diretoria da ANPT também participou de diversos outros importantes eventos em todo o Brasil, tais como o ato público contra a terceirização sem limite, que reuniu centenas de pessoas no MPT em Minas Gerais, a audiência pública que debateu a prevenção do trabalho escravo no país, a participação de associados na Caravana do Norte contra o trabalho infantil, dentre outros. Confira.

Boa leitura.

CURTAS

Trabalho Decente

O procurador regional do Trabalho José Cláudio Monteiro de Brito Filho lançou recentemente a 3ª edição do Livro Trabalho Decente, obra que retrata de perto os Direitos Humanos dos trabalhadores e faz uma análise jurídica da exploração do trabalho. A obra está dividida em cinco capítulos, mais as considerações finais. O primeiro discute questões iniciais a respeito do objeto de pesquisa. O segundo traz um panorama do trabalho humano subordinado.

No terceiro capítulo são fixadas as premissas básicas para os direitos mínimos dos trabalhadores e, no quarto, analisa-se a situação brasileira a respeito dessa questão. Tal análise continua no capítulo quinto, no qual são abordadas as piores formas de exploração do trabalho.

Interiorização em Minas

O MPT iniciou, em 2001, autorizado pela Lei 10.771/2003, a instalação de 100 unidades no interior do Brasil, à época denominadas Ofícios. O dia 23 de maio de 2003 marcou o início da interiorização em Minas Gerais, com a inauguração do Ofício de Uberlândia. O ofício funcionava em um andar do Foro Trabalhista de Uberlândia, cedido gratuitamente após negociações entre o então procurador-chefe Elson Vilela Nogueira e o presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Antônio Miranda de Mendonça. Nestes dez anos de atuação, a Procuradoria do Trabalho no município de Uberlândia abriu 3.337 investigações, firmou 687 termos de ajustamento de conduta e ajuizou 501 ações civis públicas.

Posse no TSE

Foi realizada, dia 7 de maio, a solenidade de posse do ministro Castro Meira no cargo de ministro titular do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, esteve presente na solenidade. Meira ocupará a vaga deixada pela ministra Nancy Andrighi. Desde o dia 23 de outubro de 2012, ele atua como ministro substituto do TSE. Castro Meira tornou-se ministro do STJ no dia 4 de junho de 2003. Ele foi o primeiro ministro indicado e nomeado para aquela Corte pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

EXPEDIENTE **Diretoria ANPT - Biênio 2012/2014**

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
PRESIDÊNCIA

Daniela de Morais do Monte Varandas
VICE-PRESIDÊNCIA

Fabiano Holz Beserra
SECRETARIA-GERAL

Ângelo Fabiano Farias da Costa
DIRETORIA FINANCEIRA

Fábio Goulart Villela
DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

José Cláudio Monteiro de Brito Filho
DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Alberto Bastos Balazeiro
DIRETORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Alice Nair Feiber Sonego Borner
DIRETORIA DE ASSUNTOS SOCIAIS E DE EVENTOS

Yamara Viana de Figueiredo
DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Marcelo Adriano da Silva
DIRETORIA

Renata Aparecida Crema Botasso
DIRETORIA

Cândice Gabriela Arósio
DIRETORIA

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Isabel Carvalho, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.700 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, *Site*: www.anpt.org.br , Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

Ministério Público lança livro sobre as investigações exitosas da instituição

Foi lançado, dia 21 de maio, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, o livro "Investigações Exitosas Realizadas pelo Ministério Público Brasileiro". A obra é mais uma ação contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 37 de 2011, que, se aprovada, poderá retirar o poder de investigação do Ministério Público e de outras instituições. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, participaram do evento, que reuniu deputados, senadores, membros de todos os ramos do Ministério Público brasileiro, dentre outras autoridades e representantes da sociedade civil, juntos para dizer não à PEC da IMPUNIDADE.

Segundo o presidente da ANPT, "a obra representa uma clara demonstração dos prejuízos que inquestionavelmente adviriam para a sociedade na hipótese de aprovação da chamada PEC DA IMPUNIDADE, uma vez que tantas e tão relevantes, emblemáticas e exitosas atuações seriam inviabilizadas, impossibilitando a solução de um enorme número de crimes e prejudicando o combate às praticas delituosas nas mais variadas searas, resultando em cada vez maiores e mais graves prejuízos ao Erário, dentre outras consequências não menos nefastas".

Entre os senadores presentes no lançamento, Pedro Taques (PDT-MT) enfatizou a necessidade da manutenção da investigação pelo Ministério Público. "O Ministério Público quer cumprir o dever de investigar, de defender um Estado livre da corrupção, pois é uma luta a favor da Constituição e contra a impunidade", afirmou. Já o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que a PEC 37 é contra a República e enfatizou a importância da publicação da obra. "O livro servirá para debate e para constituir uma ampla mobilização". Estamos nessa causa pelos reais interesses republicanos, que estão esculpidos na Constituição", disse.

Parlamentares durante o lançamento do livro

Fotos: Ascom/ANPT

O deputado Alessandro Molon (PT-RJ), por sua vez, disse que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não podem e não têm o direito de aprovar uma proposta tão prejudicial quanto a PEC 37. "Há de ser atendido o ensejo da sociedade brasileira e esse livro é a comprovação do que queremos."

O livro é uma compilação de iniciativas investigatórias do Ministério Público realizadas em todo o país no combate à criminalidade e à corrupção, em defesa da sociedade. Ao todo, são disponibilizadas informações de 73 operações investigativas promovidas pelo Ministério Público em colaboração com diferentes órgãos, dentre os quais as polícias civil, militar, rodoviária federal e federal, bem como o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunais de Contas dos Estados (TCEs) e Receita Federal, dentre outros.

A ANPT, o Conselho Nacional dos Procuradores Gerais, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, a Associação Nacional dos Procuradores da República, a Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e a Associação Nacional do Ministério Público Militar foram as entidades promotoras do evento e do lançamento da obra.

ANPT participou do ato

Grupo acerta novas estratégias no combate à PEC da Impunidade

Foto: Ascom/ANPT

Reunião na sede da Conamp

Representantes das entidades associativas que participam da campanha contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/2011 estiveram reunidos ao longo do mês de maio, com o objetivo de discutir novas estratégias de atuação no combate à chamada PEC da IMPUNIDADE. No dia 20 de maio, a vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Daniela Varandas, representou a entidade durante reunião que aconteceu na sede da Conamp.

Ao longo do encontro, o grupo estabeleceu novas prioridades de atuação e discutiu outras estratégias a serem adotadas contra a PEC, que confere a exclusividade da investigação criminal às polícias civil e federal, inviabilizando a atuação de outros órgãos de controle, a exemplo do Ministério Público. Na parte da tarde, Daniela Varandas também acompanhou, juntamente com o diretor financeiro da Associação, Ângelo Fabiano Farias da Costa, reunião realizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na qual a entidade discutiu sua posição em relação à PEC 37. Apesar dos esforços das entidades de classe do Ministério Público, dentre elas a ANPT, o Plenário da OAB adotou, por maioria, posição favorável à mencionada proposição legislativa.

Já na reunião do dia 27 de maio, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou de reunião realizada pelo grupo para discutir e deliberar acerca das ações e estratégias de atuação contra a PEC.

CNJ envia ao Congresso Nacional nota técnica contra a PEC 37

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) enviou ao Congresso Nacional nota técnica na qual se manifesta de forma contrária à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, que assegura às polícias federal e civil dos estados e do Distrito Federal competência privativa para apurar infrações penais de qualquer natureza. A nota foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros durante a 171ª Sessão Ordinária, realizada dia 11 de junho.

A sugestão de enviar a nota técnica ao Congresso foi apresentada pelos conselheiros Gilberto Martins e Wellington Saraiva. O documento aponta graves riscos aos princípios norteadores do Estado Democrático de Direito que a aprovação da PEC poderá acarretar.

Formulada pelo deputado federal Lourival Mendes (PTdoB/MA), a proposição prevê a alteração do artigo 144 da Constituição Federal para assegurar somente às polícias a competência para conduzir investigações criminais. Dessa maneira, o texto afetaria a titularidade da ação penal reservada ao Ministério Público.

De acordo com o CNJ, a PEC traria inovação altamente lesiva ao interesse social e ao exercício da jurisdição. A proposta da nota técnica foi bem-recebida pelo Plenário. O presidente do CNJ, ministro Joaquim Barbosa, se manifestou favorável à iniciativa.

Gilberto Martins ressaltou que, com relação aos crimes comuns, apenas 11% das ocorrências são convertidas em investigações. "Impedir que não apenas o Ministério Público, mas outras instituições que têm poder de controle no sistema criminal, possam também investigar, é altamente danoso ao sistema de Justiça e à sociedade", afirmou o conselheiro.

Já o conselheiro Wellington Saraiva destacou que apenas cerca de 8% dos homicídios são apurados atualmente pelas polícias. "A PEC 37 aumenta a ineficiência do sistema criminal brasileiro. Como podemos dar privatividade para apurar os crimes a um órgão que não tem condições de investigar em níveis adequados?", argumentou.

Fonte: CNJ

Ato Público contra a terceirização sem limite reuniu mais de 200 pessoas no MPT em Minas Gerais

Fotos: Ascom/MPT-MG

Reunião com parlamentares

Mais de 200 convidados estiveram presentes no "Ato Público contra a Terceirização sem Limite" promovido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em Minas Gerais em parceria com a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), dia 20 de maio. Procuradores do Trabalho, lideranças sindicais, parlamentares, juízes e auditores fiscais do Trabalho lotaram o auditório do MPT para dizer NÃO ao PL 4.330/2004. O presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou do evento.

Em sua manifestação, Azevedo Lima ressaltou que "sob o pretexto de regulamentar o trabalho terceirizado, o projeto promove uma verdadeira reforma trabalhista e com amplas repercussões, levando, inegavelmente, a uma cada vez maior precarização das relações de trabalho". Ele disse, ainda, que não há como se conceber a possibilidade, trazida pela proposição legislativa, de terceirização das atividades finalísticas das empresas, a falta de limitação das subcontratações, a ausência de previsão de uma responsabilização solidária e, portanto, mais efetiva, para os tomadores de serviços, assim como a isonomia de tratamento entre os trabalhadores terceirizados e os da própria empresa tomadora, a questão concernente ao correto e adequado enquadramento sindical, dentre diversas outras que, segundo o presidente da ANPT, mostram-se imprescindíveis para o combate à precarização.

O procurador-chefe do MPT em Minas, Helder Amorim, avaliou com muita satisfação os resultados. "Nosso objetivo inicial foi plenamente atingido. Parlamentares mineiros, movimento social e diversos outros atores importantes aderiram ao movimento e manifestaram disposição em continuar mobilizados contra esse projeto que é intolerável, na perspectiva do MPT e do MTE, pois, se aprovado, ensejará prejuízos incalculáveis, tanto para trabalhadores da iniciativa privada, quanto para o setor público."

Já o diretor de assuntos legislativos da ANPT, Alberto Balazeiro, ressaltou que "nestes 70 anos de CLT, esta é a maior afronta já vista contra a Legislação do Trabalho. Em nenhum país do mundo a terceirização se mostra tão precarizante quanto no Brasil", alertou.

O Auditor Fiscal do Trabalho Marcelo Campos, representando a SRTE/MG, ressaltou que "o PL 4.330/2004 e seu substitutivo constituem a maior ameaça aos direitos constitucionalmente assegurados aos trabalhadores, razão pela qual devem ser amplamente combatidos pelas instituições públicas e sociedade civil".

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Durval Ângelo, por sua vez, manifestou apoio irrestrito à mobilização contra o projeto e propôs a realização de audiência e debate público para ampliar ainda mais o conhecimento sobre o tema. Os deputados federais Margarida Salomão e Padre João estiveram presentes manifestando apoio e disposição em participar do movimento e divulgar o abaixo-assinado. Ambos se comprometaram a promover amplo debate na Câmara dos Deputados.

Representantes de todas as centrais sindicais e diversos sindicatos profissionais externaram a disposição em se unir contra o projeto e denunciaram as péssimas condições de trabalho de terceirizados. Salários baixos, alta exposição a riscos por falta de segurança e jornadas exaustivas foram citadas por sindicalistas como sendo a realidade enfrentada por trabalhadores terceirizados.

A procuradora-chefe substituta do MPT em Minas, Sônia Toledo, informou que o MPT se reuniria com as Centrais Sindicais para dar encaminhamento ao assunto. "É uma questão de amplo interesse social. O MPT promoveu esse ato para tentar unir o maior número de atores sociais em torno da causa. Agora, esperamos que o debate se fortaleça no ambiente de todas as entidades sindicais e seja levado à ampla discussão política e social, pois a terceirização sem limite é uma violência contra toda a sociedade", afirmaram Helder Amorim e Sônia Toledo.

Presidente da ANPT durante a sua manifestação

Reunião do Fórum em defesa dos trabalhadores ameaçados pela terceirização tem participação da ANPT

Foi realizada, dia 7 de maio, na sede da Central Única dos Trabalhadores do Brasil (CUT), em Brasília, reunião do Fórum em defesa dos trabalhadores ameaçados pela terceirização. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, estiveram presentes no encontro, no qual foram definidas estratégias de atuação e ações que serão adotadas, em conjunto com diversas entidades e instituições, para enfrentar o substitutivo do Projeto de Lei 4330/2004, de autoria do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), o qual regulamenta a terceirização nos serviços público e privado e se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados.

Um dos objetivos do Fórum é alertar a sociedade para o embate que vem sendo travado no Congresso sobre a regulamentação da terceirização e o perigo que a aprovação de um projeto desse tipo traz aos trabalhadores, ameaçando direitos históricos.

Segundo o presidente da ANPT, "a entidade não se limita a adotar uma postura contrária à terceirização e a buscar, apenas, a rejeição da proposta. Na realidade, nós temos buscado avançar nos debates, apresentando sugestões concretas de alterações de diversos positivos da proposição legislativa, inclusive sugerindo a redação a ser adotada em diversos casos, sempre com o objetivo de resguardar os direitos trabalhistas e evitar uma absurda precarização como ocorreria na hipótese de aprovação do projeto na forma em que ele se encontra atualmente. Nós, inclusive, apresentamos diversas emendas ao parecer do relator, as quais foram apresentadas formalmente, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, por alguns parlamentares a pedido da ANPT", destacou.

Representantes da ANPT, ALAL, CTB, CGTB, CUT e da UGT

Foto: ASCOM/ ANPT

Para ele, embora seja imprescindível uma normatização que freie a precarização das relações de trabalho, tal como se constata cotidianamente na realidade do trabalho terceirizado, ela não pode acontecer a despeito da garantia de condições dignas de trabalho. "É necessário vedar a terceirização para atividade-fim, assim como exigir a responsabilização solidária de todos os integrantes da cadeia produtiva, especialmente no que diz respeito ao meio ambiente do trabalho e às normas referentes à saúde e à segurança dos trabalhadores", reforçou.

Rondônia recebe o I Congresso Brasileiro de Direito Constitucional do Trabalho

O procurador do Trabalho e delegado da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) na Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região Bernardo Mata Schuch, participou do I Congresso Brasileiro de Direito Constitucional do Trabalho, realizado nos dias 6 e 7 de junho, em Porto Velho (RO). Durante dois dias, membros do Ministério Público do Trabalho, magistrados do Trabalho, advogados públicos e privados, servidores públicos, auditores-fiscais, professores e estudantes analisaram aspectos teóricos e práticos de temas dotados de atualidade e viés polêmico, sob a perspectiva do Direito Constitucional, Direito do Trabalho e Processo do Trabalho.

O evento, que teve como tema "O Trabalho e os 25 anos da Constituição Federal de 1988", foi o primeiro realizado na região e contou ainda com a presença de juristas, vindos de diversas regiões do país, com ampla experiência e domínio nas matérias a serem tratadas, com destaque no campo da efetividade dos direitos fundamentais nas relações de trabalho.

Para o representante da Associação, "eventos como este, realizados em regiões que não estão acostumadas a Congressos dessa magnitude, devem sempre ser apoiados, sobretudo quando a discussão gira em torno da dignidade do trabalhador. A ANPT e o MPT não poderiam se furtar de apoiar esse profícuo debate", afirmou.

Para serem apresentados e debatidos no Congresso foram selecionados os temas: Neoconstitucionalismo e Irradiação para a Esfera do Trabalho; Direitos em ascensão no âmbito trabalhista e fortalecimento da dignidade humana; Adicional de penosidade: contornos constitucionais e parâmetros para exigibilidade; Repercussões jurídicas em sede trabalhista da discriminação nas fases pré e pós-contratual; Aspectos materiais e processuais das lides sindicais na Justiça do Trabalho; Os desafios do Processo eletrônico; Direito à razoável duração do processo e enfoques atuais para a efetividade da execução trabalhista; Impactos da recuperação judicial e da falência sobre créditos trabalhistas: (in) constitucionalidades; Ordem econômica e valor social do trabalho e Avanços e perspectivas do direito constitucional do trabalho no Brasil.

Fonte: MPT/RO

Audiência pública debate prevenção ao trabalho escravo no Brasil

Foi realizada, dia 6 de maio, audiência pública no Senado que debateu a prevenção do trabalho escravo. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhou a reunião, que foi promovida pela Subcomissão Permanente para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo, que integra a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT) em MT, Thiago Gurjão, também participou do encontro e teceu considerações acerca da atuação do MPT no combate a essa absurda forma de exploração do labor humano.

Fotos: Ascom/Sinait

Procurador do Trabalho falou sobre a atuação do MPT durante o evento

Entre os diversos pontos abordados pelo procurador, foi destacada a parceria do MPT, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), que promovem oficinas para reinserção no mercado de trabalho de egressos do trabalho escravo. Segundo Gurjão, os recursos para o projeto provêm de indenizações por danos morais coletivos e multas por descumprimentos e obrigações do MPT. "Nós temos aí, desde o início da sua execução, aproximadamente R$ 1 milhão e 400 mil revertidos para o projeto, sendo que 434 trabalhadores foram atendidos, considerando a importância das ações e o resgate da cidadania, uma média de R$ 3 mil despendidos para cada trabalhador atendido", afirmou.

Na oportunidade ocorreu também o lançamento do projeto Movimento Ação Integrada - por uma ação ativa na reinserção social dos egressos e vulneráveis ao trabalho escravo contemporâneo, de iniciativa do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) e da OIT.

Presidente da ANPT acompanhou a audiência

Integrantes da Conatrae discutem PEC do trabalho

Integrantes da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), entre eles o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, estiveram reunidos, dia 27 de maio, na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Foto: SDH

Integrantes da comissão durante reunião

Sob a condução da ministra da SDH, Maria do Rosario Nunes, o grupo discutiu a atuação da Conatrae pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 57-A/1999), conhecida como PEC do Trabalho Escravo.

A proposta, que permite a expropriação de imóveis rurais e urbanos onde a fiscalização encontrar trabalho escravo, destinando-os à reforma agrária e a programas de habitação popular, aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, onde possui parecer pela aprovação. O grupo definiu, ainda, novas estratégias de articulação para a aprovação da PEC e acertou detalhes de outros projetos desenvolvidos pela Comissão.

Governador de SP assina decreto que cassa registro ICMS de empresas flagradas com trabalho escravo

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, assinou, dia 13 de maio, nova regulamentação da lei nº 14.946/2013, que cassa o registro de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de empresas flagradas com trabalho escravo. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhou a assinatura, que ocorreu durante o seminário "O enfrentamento à escravidão contemporânea". O evento, que também teve a participação da ANPT, foi promovido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em São Paulo, no dia em que se celebrou o 125º aniversário da promulgação da Lei Áurea.

ANPT acompanhou a assinatura

Foto: Ascom/Secretaria de Justiça do Estado de SP

Alckmin assinou dois novos decretos, um relacionado ao funcionamento da Comissão Estadual pela Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae-SP) e um outro com a regulamentação da lei em si. Segundo anunciado, com as novas regras qualquer empresa condenada em decisão colegiada, independentemente da instância ou do Tribunal, pode ter o registro cassado. O cancelamento depende de processo administrativo e afeta somente empresas flagradas após 28 de janeiro de 2013, data em que a lei foi sancionada.

Segundo o presidente da ANPT, a assinatura dessa regulamentação representa um importante passo no combate à escravidão contemporânea, tanto no meio urbano quanto na área rural, sendo imprescindível, segundo ele, "fechar-se cada vez mais o cerco de todos os integrantes da cadeia produtiva que eventualmente se beneficiem dessa absurda e nefasta forma de exploração do labor humano, o que não se concebe num mundo pretensamente civilizado, em pleno século XXI", enfatizou Azevedo Lima.

ANPT requer à presidente Dilma Rousseff que o Brasil apoie a inclusão do amianto na lista de nocivos

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) encaminhou, dia 6 de maio, ofício à presidente da República, Dilma Roussef, pleiteando que se garantisse, no âmbito das discussões da 6ª Conferência das Partes da Convenção de Rotterdam (COP6), que o Estado Brasileiro expressasse formal e claramente o seu apoio à inclusão do amianto crisotila na lista das substâncias tóxicas e perigosas, das quais trata o anexo III da referida Convenção.

De acordo com a ANPT, no requerimento dirigido à presidência da República, em três conferências anteriores da Convenção de Rotterdam – realizadas em 2006, 2008 e 2011 –, a delegação brasileira se manteve silente a respeito. "O Brasil se absteve de votar acerca de tal questão, sendo reconhecido, por outro lado, o fato de que, atualmente, todos os Ministérios da área social do governo brasileiro apoiam a inclusão do amianto crisotila na lista da Convenção alusiva às substâncias tóxicas e perigosas, já tendo sido deixada muito clara tal posição em reunião de consulta prévia havida no Ministério das Relações Exteriores", explica .

Para a entidade, é importante que o Brasil seja reconhecido em todo o mundo como um país que apoia o comércio responsável e defende intransigentemente os direitos humanos basilares do Consentimento Prévio Informado (PIC), que deve garantir que o país importador ou comprador tenha o direito de saber sobre os riscos associados aos produtos, sendo informado previamente pelo país exportador ou produtor.

O documento ressaltou, ainda, que se espera que o Brasil seja um protagonista responsável na Conferência e buscasse convencer países como Rússia e Zimbábue, que iriam se manifestar e votar pela primeira vez, bem como os demais países que, juntamente com Brasil e Rússia (os quais foram responsáveis por 88% das exportações de amianto no ano de 2011, de um total de um milhão de toneladas exportadas), integram os BRICS, para que sigam o exemplo de responsabilidade socioambiental de nosso país.

O requerimento da ANPT dirigido à Presidente da República está de acordo com outros pedidos semelhantes, formulados por outras entidades que acompanham a preocupante questão atinente à exploração e à exposição ao amianto, a exemplo da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (ABREA).

Associados da ANPT representam entidade na Caravana do Norte Contra o Trabalho Infantil

A Caravana do Norte Contra o Trabalho Infantil realizou, dia 23 de maio, em Porto Velho (RO), audiência pública para tratar de estratégias que visam combater a exploração do trabalho de crianças e adolescentes no Estado de Rondônia, que atualmente ocupa o terceiro lugar entre as unidades federativas em que há maior incidência de trabalho infantil. O procurador do Trabalho Renan Bernardi Kalil representou a ANPT, que é uma das apoiadoras da Caravana.

Em seu pronunciamento, o procurador ressaltou o trabalho realizado pela Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente do MPT (Coordinfância), mencionando a importância de projetos como o "MPT na Escola", que tem o objetivo de promover debates nas escolas do ensino fundamental acerca dos direitos das crianças e dos adolescentes, em especial os relacionados ao mundo do trabalho.

Na audiência, foi deliberado que o termo de compromisso a ser firmado pelos representantes dos órgãos que integram a rede de enfrentamento liderada pelo Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em Porto Velho será encaminhado ao prefeito da capital rondoniense para ser assinado, tendo a secretária municipal de assistência social, presente ao evento, assumido o compromisso de levar a Caravana até o prefeito.

A Caravana seguirá com mobilizações nos demais estados até o fim de junho

Foto: MPT-RO

Já no dia 6 de maio, o coordenador da Procuradoria do Trabalho no Município (PTM) de Boa Vista, procurador do Trabalho César Henrique Kluge, representou a entidade na Caravana Norte realizada em Roraima. A mobilização contou, também, com uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado. Ainda no mesmo dia, foi realizada uma audiência com a prefeita Teresa Surita (PMDB), na Prefeitura Municipal de Boa Vista-RR.

20 anos da Lei Orgânica do MPU é lembrado com simpósio promovido pela ESMPU

A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) promoveu, nos dias 21 e 22 de maio, o simpósio "20 anos da Lei Orgânica do MPU", em comemoração à data. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, acompanharam a abertura e a mesa redonda que aconteceram na manhã do primeiro dia.

O evento contou com atividades que fizeram uma retrospectiva da Lei Orgânica do MPU, além de discutir temas atuais e perspectivas sobre a atuação institucional. Os resultados dos debates e estudos serão publicados em um livro comemorativo. A mesa redonda do primeiro dia, presidida pela diretora-geral adjunta da Escola, a subprocuradora-geral do Trabalho Ivana Auxiliadora Mendonça Santos, contou com a participação do ex-procurador-geral da República Aristides Junqueira, do procurador regional do Trabalho Maurício Correia de Mello, do subprocurador-geral de Justiça Militar Mário Sérgio Soares e do procurador de Justiça do MPDFT Gladaniel Carvalho.

Abertura do Simpósio

Fotos: Ascom/ ANPT

Diretoria da ANPT acompanhou a abertura do evento

Inaugurado novo Centro de Atendimento ao Cidadão do MPT no DF

Foi inaugurado, dia 10 de maio, o Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC), do Ministério Público do Trabalho (MPT) no Distrito Federal. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, participaram da solenidade.

Instalado em área de mil e duzentos metros quadrados, o Centro oferece conforto e comodidade a trabalhadores, advogados, sindicalistas e empresários, que terão à disposição todos os serviços oferecidos pelo Ministério Público do Trabalho, de forma centralizada. Neste espaço, poderão ser apresentadas denúncias, realizadas audiências administrativas, entregues documentos no protocolo, obtidas informações sobre andamento de procedimentos, inquéritos e processos judiciais. Está localizado no andar S1 do Edifício Imperador, na W-3 Norte, quadra 513.

Foto: Ascom/ANPT

ANPT presente na inauguração do CAC

Durante o lançamento, o presidente da ANPT ressaltou que a sociedade é a maior beneficiada com a abertura do CAC e que o MPT deve oferecer sempre um serviço de excelência à população, "para o que essas instalações hoje inauguradas contribuem de maneira significativa", destacou. Sugeriu, ainda, a disseminação de centros de atendimentos ao cidadão, em moldes semelhantes ao da PRT-10, nas demais Regionais do Ministério Público do Trabalho no Brasil. "Que possamos, a exemplo do que irá propiciar este Centro, aproximarmo-nos cada vez mais da sociedade, a fim de que tenhamos um conhecimento cada vez maior dos anseios dessa mesma sociedade, para que consigamos otimizar os resultados a serem obtidos por meio de nossa atuação, no exercício do nosso mister constitucional, na garantia, na defesa e na promoção dos direitos sociais", disse.

CCJ do Senado aprova recondução de Jeferson Luiz Pereira Coelho para o Conselho Nacional do Ministério Público

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, dia 15 de maio, a indicação do subprocurador-geral do Trabalho Jeferson Luiz Pereira Coelho para novo mandato no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), onde já ocupa o cargo de Conselheiro desde agosto de 2012, sendo atualmente o Corregedor Nacional do Ministério Público. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente, Daniela Varandas, acompanharam a sessão.

Jeferson Luiz Pereira Coelho obteve 21 votos a favor da recondução e um contrário. Na ocasião, os senadores aprovaram, também, a indicação da advogada Gisela Gondim Ramos, para ocupar cadeira no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ela recebeu 20 votos favoráveis e dois contrários. As indicações seguiram para votação no Plenário do Senado.

Foto: José Cruz/Agência Senado

Jeferson Luiz Coelho durante a sabatina

Frente Associativa discute estratégias voltadas para o restabelecimento do ATS

Integrantes da Frente Associativa do Ministério Público e da magistratura da União (Frentas) estiveram reunidos, dia 5 de maio, na sede da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe). O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da reunião, que teve como foco a questão referente ao restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), que se encontra em discussão no âmbito do Senado Federal atualmente.

Integrantes da Frente Associativa reunidos

Foto: Ascom/ANPT

O grupo discutiu estratégias de atuação para que a aprovação da matéria aconteça com a maior brevidade possível. Para isso, foram definidos novos passos a serem executados a partir de agora, principalmente por meio da busca do engajamento das instituições na defesa da aprovação da proposição legislativa junto aos parlamentares, em especial senadores, sendo necessário, para tanto, mobilizar os presidentes de Tribunais, inclusive das Cortes Superiores, e procuradores-gerais de todos os ramos do Ministério Público.

Na ocasião, o presidente da ANPT relatou aos demais dirigentes associativos que a entidade esteve reunida com o vice-presidente da República, Michel Temer, ocasião em que a questão foi debatida e houve pedido de apoio à aprovação da matéria, tendo Temer reconhecido que se trata de um pleito justo, por valorizar a própria noção de carreira dos membros do Ministério Público e do Poder Judiciário, ressaltando, ademais, que "irá contribui no que for possível".

CCJ aprova PL que cria cargos de subprocurador-geral do Trabalho

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (CCJ) aprovou, dia 4 de maio, o Projeto de Lei 4356/2012, de relatoria do deputado Valtenir Pereira (PSB-MT), que cria 12 cargos de subprocurador-geral do Trabalho, além de cargos efetivos, em comissão e funções de confiança de servidores no âmbito do Ministério Público do Trabalho (MPT).

O parlamentar já havia se manifestado, em sessão anterior, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da matéria. A vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Daniela Varandas, esteve presente durante a sessão que aprovou o PL. Além disso, ao longo dos meses, a ANPT acompanhou de perto a tramitação do projeto na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), e na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, notadamente com os seus relatores nas Comissões em que se deu a tramitação do projeto anteriormente, bem como com os presidentes destas.

Agora, a matéria segue para o Plenário da Câmara, de onde, uma vez aprovada, segue para a CCJ e o Plenário do Senado.

Ministro do TST lança livro sobre "Garantia de Indenidade no Brasil"

Presidente da ANPT participou do lançamento

Foto: SECOM/TST

"Garantia de Indenidade no Brasil" é o título do livro que o ministro do Superior Tribunal do Trabalho (TST), Augusto César Leite de Carvalho, lançou nessa terça-feira (21/5), em Brasília. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, compareceu à solenidade de lançamento.

O livro corresponde à tese de doutorado do ministro na Universidade de Castilla la Mancha e trata da proteção dada aos trabalhadores que propõem reclamação trabalhista. A obra contém as premissas jurídicas que embasaram as decisões dos tribunais europeus, identifica na Constituição brasileira esses mesmos fundamentos e remete às primeiras manifestações da jurisprudência brasileira sobre o tema.

ANPT discute ATS e lista tríplice ao cargo de PGR com Michel Temer e AGU

O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, estiveram reunidos, dia 8 de maio, com o vice-presidente da República, Michel Temer. Durante o encontro, foram debatidos temas de interesse dos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), tais como a questão referente ao restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e a formação de lista tríplice para escolha do procurador-geral da República, com participação dos membros de todos os ramos do Ministério Público da União (MPU).

Diretoria da ANPT durante a reunião com Michel Temer

Fotos: Ascom/ANPT

Sobre essa última questão, os dirigentes da ANPT apresentaram um relato histórico do processo de eleição para formação de lista tríplice para escolha da pessoa que exercerá a chefia do MPU no próximo biênio, relatando como se deu a participação da entidade em todo o processo. O presidente da ANPT, durante a reunião, teceu amplas considerações acerca da imprescindibilidade da participação de todos os membros do MPU no processo de escolha da pessoa que exercerá a chefia institucional. O vice-presidente Michel Temer elogiou a iniciativa e ressaltou entender como relevante a ampliação da democracia na escolha do chefe do MPU, com participação dos membros dos quatro ramos da instituição.

Sobre o ATS, a diretoria da ANPT enfatizou a relevância de seu restabelecimento, por não fazer sentido que um membro do Ministério Público ou do Poder Judiciário perceba remuneração praticamente idêntica – "e, em muitos casos, idêntica mesmo, ou até menor", enfatizou o presidente da Associação – à percebida por quem acaba de ingressar na instituição. Michel Temer, por sua vez, disse reputar justo o pleito da ANPT, que diz respeito a todos os membros do Ministério Público e do Poder Judiciário, garantindo que irá contribuir no que for possível para a sua aprovação.

Já o advogado-geral da União, ministro Luís Inácio Lucena Adams, recebeu visita da entidade dia 16 de maio. Na ocasião, após as explanações da ANPT sobre os dois temas, o ministro ressaltou, sobre a questão do ATS, que reconhece a relevância do pleito da entidade, esclarecendo ainda que, embora o Governo acompanhe essa questão com atenção em decorrência dos possíveis impactos orçamentários na hipótese de extensão do benefício a um grande número de categorias, não se pode negar que se trata de um requerimento justo e que se está buscando uma maneira de viabilizar a aprovação da matéria, ressaltando o ministro, inclusive, que levará o tema para aprofundamento das discussões junto ao Palácio do Planalto.

Ministro Luís Inácio Lucena Adams com a diretoria da entidade

Em ambas as reuniões, foi entregue pela presidência da ANPT cópia da Nota Técnica aprovada pelo plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) expressando apoio às Propostas de Emenda à Constituição (PEC's) nº 02, 05 e 68, que tratam do restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) para as carreiras do Ministério Público, inclusive com sua extensão aos membros aposentados, observadas as regras transitórias vigentes.

O vice-presidente da República e o advogado-geral da União receberam, também, cópia de documento da ANPT com o histórico da votação realizada pelas entidades de classe do MPU, que resultou na lista triplice encaminhada à presidente da República.

Inauguração da nova sede do MPT da 11ª Região tem presença da ANPT

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 3 de maio, da solenidade de inauguração da nova sede do Ministério Público do Trabalho (MPT) da 11ª Região, com sede em Manaus, abrangendo os estados de Amazonas e Roraima. Dentre os pontos ressaltados na solenidade, observam-se o reconhecimento a todos aqueles que foram essenciais para a implementação das novas instalações, a expectativas de um melhor ambiente de trabalho propiciado aos membros e servidores, bem como a otimização dos serviços ofertados à população.

O presidente da ANPT ressaltou, durante o evento, que é motivo de honra para a entidade poder testemunhar a entrega à sociedade de novas instalações da instituição, "ainda mais no caso presente, em que se cuida de uma Regional que abrange duas unidades federativas, com destacada atuação no combate a toda uma gama de irregularidades trabalhistas e na promoção dos direitos sociais, e que, se tem atuação que é referência na busca de melhorias no meio ambiente laboral em empresas e instituições públicas e privadas, a exemplo da atuação tratando de graves acidentes de trabalho em municípios como Santa Isabel do Rio Negro e Nova Aripuanã, para ficarmos apenas em alguns poucos exemplos, não é menos verdadeiro que, com tal atuação, precisa o MPT dar exemplo em sua própria ´casa´, objetivo ao qual esta nova sede da PRT-11 se presta com louvor, por propiciar excelentes instalações, funcionais e adequadas, porém sem luxo, viabilizando a prestação de um serviço ainda melhor às sociedades manaura, amazonense e roraimense", enfatizou Azevedo Lima.

O procurador-chefe do MPT da 11ª Região, Jeibson dos Santos Justiniano, relembrou, durante seu discurso, o início da do Ministério Público no Amazonas e em Roraima, na década de 80, e a evolução do órgão tanto em relação ao aumento de pessoal quanto no que tange ao avanço e incremento das atribuições institucionais, citando todos aqueles que considerou partes importantes para a idealização e construção da nova sede.

Presidente da ANPT em seu pronunciamento

Inauguração da nova sede

Fotos: ASCOM/ PRT11

TRT-6 entrega medalha a procurador do MPT em Pernambuco

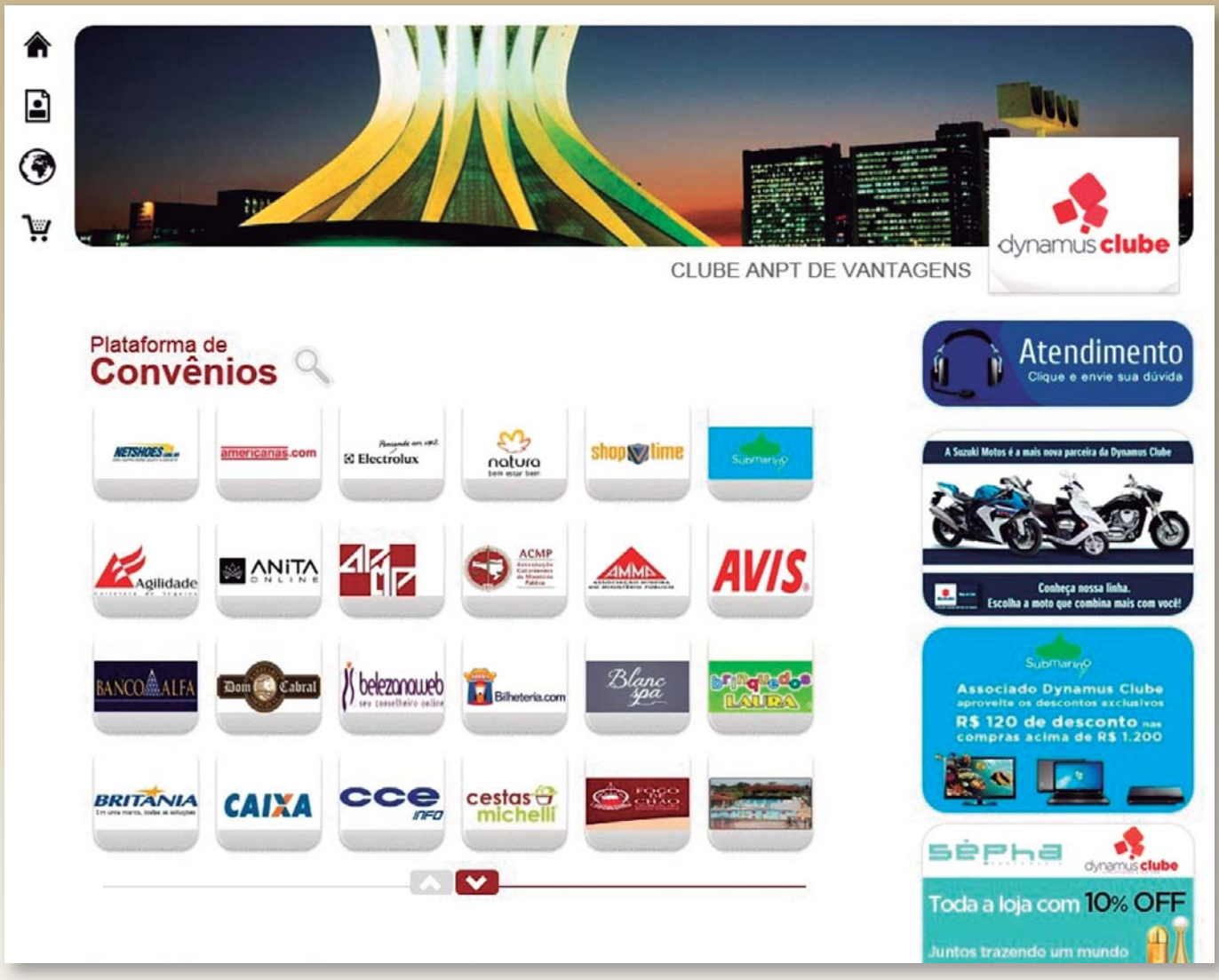
Com o auditório do Salão do Pleno lotado, em cerimônia prestigiada por diversas autoridades, foi feita a entrega da Medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, categoria Mérito Judiciário, do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6), dia 13 de maio. Entre os agraciados, o procurador do Trabalho Leonardo Osório Mendonça, que recebeu as congratulações de diversas personalidades, de familiares, amigos e integrantes do MPT em Pernambuco.

Membro do Ministério Público do Trabalho desde novembro de 2006, Leonardo, especialista em Direito do Trabalho, foi o primeiro membro do MPT a atuar na unidade de Petrolina. Atualmente é o titular da Coordenaria de Combate ao Trabalho Infantil do MPT no estado e representante do órgão no Grupo de Trabalho Interinstitucional do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, cujo atual foco são as questões de proteção à saúde e à segurança do trabalhador.

Entrega da medalha

Foto: Stela Maris

CLUBE ANPT DE VANTAGENS



O Clube ANPT de Vantagens oferece uma plataforma de convênios de modo a gerenciar, administrar e divulgar os benefícios obtidos pela Associação para todos os filiados da ANPT. A plataforma trará, sempre, novidades em âmbito nacional e, também, convênios firmados com empresas locais, em todas as partes do país.

Entre os convênios oferecidos pelo Clube ANPT de Vantagens estão cinemas, escolas, farmácias, universidades, clubes, academias, empresas aéreas, concessionárias, bancos, dentre vários outros.

Acesse a página eletrônica da ANPT, no endereço ***www.anpt.org.br***, e clique no tópico "Espaço do Associado". Em seguida, clique em "Convênios ANPT" e desfrute das vantagens oferecidas pela Associação.

dynamus consult
CONNECTING BUSINESS

SBS Quadra 2 Bloco "S" Ed. Empire Center Salas 1103 a 1105 11º andar
Brasília/DF CEP 70070-904 Fonte: (61) 3325-7570 e Fax: 3224-3275
e-mail: anpt@anpt.org.br

ENTREVISTA

Foto: Ascom/Conamp

"A PEC 37 gera insegurança jurídica e desorganiza o sistema de investigação criminal"

A presidente em exercício da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Norma Angélica Cavalcanti, critica a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/2011, que retira o poder de investigação do Ministério Público. Aborda, ainda, a situação do Ministério Público e os principais entraves que a instituição tem enfrentado. Confira.

Está em tramitação no Congresso Nacional a PEC 37/2011, que tem sido objeto de constantes discussões no âmbito de toda a sociedade. Caso a proposta seja aprovada, poderia levar ao aumento da impunidade e da corrupção no Brasil?

Sim, a aprovação da PEC aumentará a impunidade e a corrupção. Todo cidadão brasileiro que já procurou a polícia, em alguma oportunidade, sabe que quando ela deixa de investigar um fato criminoso ou investiga mal, o próprio cidadão tem que procurar o MP. O Ministério Público atua como defensor da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis. O MP dá uma resposta à sociedade e impede a impunidade.

A PEC 37 gera insegurança jurídica e desorganiza o sistema de investigação criminal, já que permitirá que os réus em inúmeros procedimentos criminais suscitem novos questionamentos processuais sobre supostas nulidades, retardando as investigações.

Se a PEC for aprovada, haverá a desarticulação não só do Ministério Público, mas de outras entidades como a Receita Federal, o Banco do Brasil, os Tribunais de Contas, a Polícia Rodoviária Federal, a Controladoria-Geral da União, Previdência Social, Fiscos e Controladora Estaduais. Isto limita o poder de atuação jurídica do cidadão, criando um clima de insegurança pública e jurídica. Além disso, a PEC vai na contramão de tratados internacionais assinados pelo Brasil, entre eles a Convenção de Palermo (sobre crime organizado), a Convenção de Mérida (corrupção), e a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, que determinam ampla participação do MP nas investigações.

Em sua opinião, mesmo a PEC representando um retrocesso que afeta diretamente a sociedade, porque alguns setores tentam, a qualquer custo, aprová-la?

A aprovação da PEC 37 interessa aos insensatos. Esses setores fazem parte de uma minoria que insiste em caminhar contra a corrente da história e que permanece surda ao clamor das ruas. Interessa àqueles que querem ver a impunidade prosperar no país, enfraquecendo o MP brasileiro que é o dono da ação penal.

O Ministério Público tem sofrido constantes ameaças em suas atribuições. Por que isso tem acontecido e a que se devem essas tentativas de se enfraquecer a instituição?

Estão tentando punir o MP pelo trabalho sério que vem sendo realizado após a Constituição de 1988, devido a sua atuação firme no combate à corrupção, improbidade, crimes de colarinho branco, crimes contra a administração pública, ou seja, por seu combate ao crime organizado. É certo afirmar que nesses 25 anos pós Constituição de 88, o Ministério Público brasileiro colhe muito mais acertos que erros. Desse modo, os membros do MP estão sendo punidos mais pelos seus acertos do que pelos seus eventuais erros.

Em relação ao Adicional por Tempo de Serviço (ATS) dos membros do Ministério Público, tido como uma forma de se restabelecer a própria noção de carreira no âmbito da instituição. Qual a sua avaliação sobre o tema e o que falta para, enfim, se conseguir esse avanço para a instituição?

Inicialmente, entendeu-se que o subsídio levaria à correção dos vencimentos das carreiras, automaticamente ano a ano. Contudo, o que vem ocorrendo é o achatamento do valor de tal verba e o único caminho viável para modificar essa realidade é o restabelecimento do ATS. As Propostas de Emenda à Constituição (PECs) nº 02, 05 e 68, que tratam do restabelecimento ATS para as carreiras do Ministério Público, inclusive com sua extensão aos membros aposentados, observadas as regras transitórias vigentes, representam essa alternativa. Atualmente, a PEC 68 se encontra pronta para pauta na CCJ. O relatório reformulado pelo Senador Gim Argello tem voto pela aprovação da PEC, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição, por prejudicialidade, das Propostas de Emenda à Constituição nº 2 e nº 5, ambas de 2011.

ANPT participa de posses de entidades associativas

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 14 de maio, da solenidade de posse da diretoria da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). O presidente da entidade, Alexandre Camanho, foi reconduzido ao cargo e ficará à frente da Associação durante o biênio 2013/2015.

Já a vice-presidente da ANPT, Daniela Varandas, participou, dia 22 de maio, da solenidade de posse da nova diretoria da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), para o biênio 2013/2015. Assumiu o cargo de presidente da entidade o juiz Paulo Luiz Schmidt. Em seu discurso, o presidente da Anamatra ressaltou que a nova diretoria tem a exata compreensão da responsabilidade que a densidade eleitoral alcançada impõe e dos problemas internos e externos da magistratura.

Daniela Varandas prestigiou também, dia 24 de maio, a solenidade de posse da presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 10ª Região Amatra X, a juíza do trabalho Noêmia Porto. A nova diretoria-executiva e o conselho fiscal da Associação serão responsáveis pelos trabalhos da entidade para o biênio de 2013/2015.

Posse presidente Amatra X

Foto: Amatra X

Solenidade de posse

Foto: Ascom/ANPR

Plan-Assiste disponível no "Espaço do Associado" do *site* da ANPT

A partir de agora, os associados da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) poderão obter mais informações e tirar dúvidas sobre o Programa de Saúde e Assistência Social do Ministério Público da União (Plan-Assite), de maneira mais fácil e objetiva. Para isso, basta acessar o *banner* do Plan-Assiste, localizado no Espaço do Associado da ANPT.A entidade, inclusive, deverá compor o Conselho Administrativo do Plano em breve.

O Programa é um conjunto integrado de ações destinadas a proporcionar aos membros e servidores, ativos e inativos, e respectivos dependentes, bem como aos pensionistas, um sistema de serviços e benefícios sociais, que compreende em assistência médico-hospitalar, ambulatorial, odontológica, assistência farmacológica para aquisição de medicamentos de alto custo, auxílio para órteses e próteses, transporte de pacientes, entre outros.

Para participar, o membro, o servidor ou o pensionista deverá requerer sua inscrição na administração do Programa, os demais membros e servidores que ingressarem no MPT terão 30 dias a partir de seu efetivo exercício para solicitar sua inclusão no Plan-Assiste sem qualquer carência. Acesse *www.anpt.org.br*, entre no"Espaço do associado" e clique no *banner* do Plan-Assiste.